

Abuso sexual e identidade do sujeito perante a teoria psicanalítica

GUSTAVO SOARES DE SOUZA¹ / MARCOS VÍTOR NAVES CARRIJO²

A psicanálise é uma vertente clínico teórica onde o principal foco é a tentativa de esclarecer o funcionamento psíquico, contribuindo com a ajuda no tratamento de neuroses e distúrbios mentais. O estudo concentra-se nos objetos de estudo e suas relações, tais como os desejos inconscientes, comportamentos e os sentimentos vivenciados pelo sujeito.

Falar de abuso sexual na atualidade é de extrema importância pois este, por muitos é considerado um tema tabu, apesar do comum aparecimento de casos dentro dos consultórios, é um tópico amplo que ainda traz muitas dúvidas e questionamentos sobre suas possíveis relações, a necessidade de se iniciar pesquisas nessa área de conhecimento é de extrema importância para começarmos a pensar no ser abusado como fonte de conhecimento em um dos aspectos mais intrínsecos que moldam a subjetividade e personalidade.

Pensando em todas as ações que podem acontecer quando um ato de violência sexual e/ou abuso sexual é cometido, tornou-se importante levantar o seguinte questionamento: Como o desejo do sujeito abusado pode estar presente dentro da violência e/ou abuso sexual?

Como objetivo geral procurou averiguar como o desejo do sujeito abusado pode estar presente dentro da violência e/ou abuso sexual. Os objetivos específicos desenvolvidos foram os seguintes: distinguir as divergências de abuso sexual e violência sexual; relatar o retrato do ser criança apresentado ao longo da história; descrever o contexto familiar e suas influências e, analisar o lugar que o desejo do abusado ocupa dentro do contexto psicanalítico.

Neste sentido, o estudo justificou-se pela importância de mostrar como as ações de violência e/ou abuso sexual vem crescendo consideravelmente nos últimos anos e muitas pessoas que sofrem não conseguem deletar o seu agressor e com isso acabam sofrendo emocionalmente, fisicamente e principalmente psicologicamente. Por esta razão, existem casos em que é necessário o auxílio de um psiquiatra para resolver o que está guardado no íntimo do sujeito.

¹ Psicólogo pela UNIC (2017), Residente em Saúde do Adulto e Idoso pela Universidade Federal de Rondonópolis. E-mail: psgustavosoares@gmail.com.

² Enfermeiro pela Universidade Federal de Mato Grosso (2018), Residente em Saúde do Adulto e Idoso pela Universidade Federal de Rondonópolis. E-mail: marcosvenf@gmail.com.

Distinção entre violência sexual e abuso sexual

A sexualidade está presente desde os primórdios da vida e faz parte das características próprias do sujeito humano, que são manifestadas em vários momentos desde sua concepção. Para Fagundes (2005, p.14) “sexualidade é muito mais do que ter um corpo apto para procriar e apresentar desejos sexuais; pressupõe intimidade, afeto, emoções, sentimentos e bem-estar individual, decorrentes inclusive da história de vida de cada pessoa”.

Os adultos tendem a apresentarem atitudes inadequadas ao desenvolvimento sexual das crianças, contribuindo assim para um entendimento errôneo da sexualidade. É comum ver notícias relatando sobre abusos sexuais e violências sexuais praticadas contra crianças e adolescentes, em que em muitos casos os abusadores são os pais, padrastos, tios, amigos íntimos da família e ainda os vizinhos mais próximos.

A criança e o adolescente vivem fases da vida em que passam por períodos de desenvolvimento cognitivo, emocional e psicossocial, encontrando-se mais confusas e vulneráveis às influências que os cercam.

Os índices de abusos e violências sexuais aumentaram consideravelmente, segundo os dados divulgados pela Ouvidoria Nacional da Secretaria Especial de Direitos Humanos ao qual referem-se a denúncias registradas em todo território nacional em 2016 a maior parte das vítimas é do sexo feminino, a distribuição etária é variada: 31% das denúncias indicam violência sexual contra adolescentes de 12 a 14 anos, 20% das denúncias se referem a adolescentes entre 15 e 17 anos, e outros 5,8% de crianças entre 0 e 3 anos (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2017).

Há relatos em todas as faixas etárias, não escolhendo classe social, raça ou ainda religião, as vítimas sentem medo porque nem sempre são tomadas as devidas providências, ou culpa, por se julgarem omissas e coniventes com o acontecido.

A violência contra crianças e adolescentes se baseiam em um tipo de violência que se caracteriza pela prática de relações sexuais. Para Araújo (1985) o conceito de violência se define primeiramente como uma relação hierárquica de desigualdade, onde o fim é a dominação, exploração e opressão. Em segundo plano é uma ação que não trata o ser humano como sujeito e sim um objeto, quando o silêncio do outro deve ser mantido.

A violência não é definida somente como violação ou transgressão de regras, leis e normas, mas sobre dois questionamentos, em desigualdades de poderes e onde o domínio ocorre através da exploração e opressão das crianças e adolescentes.

O abuso sexual é o ato realizado sem que seja necessária a existência da penetração ou seja a concretização da relação sexual, é normalmente definido pelos meios de sedução e coação do abusador que não utiliza de forças físicas e não deixa marcas visíveis no abusado dificultando assim a descoberta.

Violência sexual é qualquer tentativa de ato sexual e fala sexual indesejada, abuso é o desejo do idealizador sem a força física solidificada, violência sexual é forçar sexo com um ser vulnerável, o abuso é acreditar que a coerção é o meio viável.

Segundo Cordeiro (2006), as crianças abusadas apresentam uma interpretação errônea do sexo e sua sexualidade, essa fase é essencial para o desenvolvimento emocional, sendo assim cria-se uma forma deturpada de entender o que acontece a sua volta, os pais deveriam exercer o papel de protetores e propiciadores de saúde mental e bem-estar, porém, nem sempre acontece.

178

O ser criança: um breve histórico

Durante a história da humanidade, a infância tem sido retratada de diversas maneiras sofrendo inúmeras transformações, como representações diante os pais e a sociedade. A criança que conhecemos hoje, está dotada de sensações, sentimentos e sexualidade é um conceito recente da idade moderna, o presente artigo percorrerá sobre algumas formas de como a infância era vista ao decorrer do desenvolvimento das sociedades.

Como aponta Ariès sobre a idade média:

Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. E mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo (ARIÈS, 1978, p.39).

Durante o século XII, Ariès (1978, p.40) mostra uma noção de como a criança era vista, no *Evangelário da Sainte-Chapelle* (capela situada na França), durante o rito de multiplicação dos pães, uma figura com o aspecto de um homem reduzido se apresenta próximo à Cristo: ao qual seria esse a imagem de uma criança trazendo os peixes. Durante esse

período ao fim do século XIII, as crianças não possuíam uma característica particular, mas eram basicamente formas que representavam um homem em sua anatomia reduzida. Isso mostra que a infância não era uma preocupação a ser fielmente retratada, ao que remete “que no domínio da vida real e não mais apenas no de uma transposição estética, a infância era um período de transição, logo ultrapassado, e cuja lembrança também era logo perdida”.

A criança a partir do século XIII, é representada de um modo mais característico, levando em conta a fidelidade física através do anjo de Reims, onde Ariès (1978, p.40) assina que: “[...] seria um menino já grande, mais do que uma criança, mas os artistas sublinharam com afetação os traços redondos e graciosos – e um tanto efeminados dos meninos mal saídos da infância”. Representando assim um afastamento da imagem anterior ao qual as crianças eram retratadas como uma forma diminuída dos adultos.

A problemática desse período anterior ao século XVI, desenhava a criança como um objeto de alienação ideológica diante os adultos, pois a medida que esta adquirisse considerável força física, logo era colocada dentro da esfera adulta. A preocupação em relação à infância, zelando pelo bem-estar físico e mental, a inserção dentro da educação e da sociedade, valorização moral e de caráter, bem como conhecemos hoje, não era um campo sociológico sequer pensado em ocupar naquela época.

Após o período do século XVII, essa noção cultural começou a ser modificada, fosse nas vestimentas, na aplicação da educação, bem como a atenção para o bom comportamento das crianças começou a ser um objetivo da época. Surgiu a preocupação pelos bons costumes. Clastres (1991) diz que o objetivo dessa atenção está no fato da busca de um certo aperfeiçoamento da criança para que surja um aprimoramento do adulto.

No período entre o século XIX e XX, Freud surge com a psicanálise, abalando algumas estruturas onde havia um ideal de que a criança fosse uma representação da inocência, está não possuidora de nenhum traço sexual que fosse, provocando assim um abalo em conceitos estabelecidos socialmente e gerando uma série de protestos.

Freud (1901) é bem claro ao advertir sobre as consequências de se ignorar a sexualidade infantil:

Faz parte da opinião popular sobre a pulsão sexual que ela está ausente na infância e só desperta no período da vida designado da puberdade. Mas esse não é apenas um erro qualquer, e sim um equívoco de graves consequências, pois é o principal culpado de nossa ignorância de hoje

sobre as condições básicas da vida sexual. Um estudo aprofundado [...] revelaria os traços essenciais da pulsão sexual, [...] sua evolução e nos permitiria ver como se compõe [...] (FREUD, 1901, p.163).

É pertinente conceitualizar que o termo sexualidade cunhado por Freud vai além do aparelho genital, apresentando um conceito mais amplo, ligado à busca pelo prazer, fugindo do preceito social de 'naturalidade e normalidade' ligado somente à reprodução.

O corpo considerado aqui pelo viés psicanalítico, foge ao corpo proposto pela fisiologia e biologia, ele não é objetificado, ou seja, não é o objeto concreto a ser estudado. O ponto que Freud estabelece, retirando a criança desse lugar de relicário de sentimentos puros e inocentes, mas a mostrando como um sujeito desejante, dotado de sentimentos ambivalentes, sejam estes de amor e ódio, surge como um marco na reformulação de um novo conceito da infância e na forma como os seres humanos passam a se ver, contribuindo para uma revolução ideológica social e cultural.

Contexto familiar e suas influências

A família deveria atuar como propiciadora de um ambiente de saúde mental aos seus membros, porém nem sempre acontece, em alguns casos passa a ser negligenciadora e troca os afetos e cuidados pelos maus tratos e abusos. Os abusos podem ser intrafamiliares ou extrafamiliares. Nos abusos intrafamiliares, o abusador é alguém da família ou próximo da família que vivem sob o mesmo teto ou não.

Intrafamiliar: É quando ocorre dentro do contexto doméstico ou que envolva pessoas próximas que estão dentro do convívio familiar da criança ou adolescente, como cuidadores e padrastos. A partir desse vínculo surge o denominado incesto, que atualmente é compreendido de que qualquer contato sexual envolvendo pessoas com algum grau de parentesco como (madrasta, padrastos, tios, avós, primos e irmãos). Neste caso, a atividade sexual nem sempre envolve forças físicas, e as vítimas frequentemente são subornadas, coagidas violentamente estimuladas ao ato sexual (CORDEIRO, 2006, p.4).

O abuso sexual intrafamiliar caracteriza-se pelo relacionamento interpessoal onde o consentimento não é válido decorrentes as implicações vinculadas a situações de opressão, além de serem práticas coercitivas associadas ao abuso físico e emocional.

O abusador utiliza do poder, da relação de confiança, força física e ameaças como forma de coibir a criança ou adolescente abusado, que se sentem vulneráveis, com vergonha, culpa e medo de revelar o que acontece (BRITO; KOLLER, 1999).

Quando o abuso sexual acontece e o abusador não tem laços parentais com a criança ou adolescente é considerado como “extrafamiliar: ocorre fora do meio familiar, sendo praticados por alguém que a criança ou adolescente, tenha pouca intimidade, vizinhos, médicos, religiosos, ou por uma pessoa desconhecida” (CORDEIRO, 2006, p.4).

Esses tipos de abusos caracterizados como extrafamiliar normalmente acontecem em localidades próximas às casas das pessoas abusadas, normalmente cometidos a crianças e adolescentes vulneráveis que moram na rua. Alguns exemplos que podem ser considerados são os casos de estupros em locais públicos.

Lugar do desejo no sujeito abusado

Sendo o sujeito constituído de elementos pulsionais dentro de um corpo real, tornando-o assim o que se chama de sujeito desejante, pois é possuidor do desejo, então, não se pode excluí-lo do seu lugar na relação sexual.

Colocando dessa forma a criança como um ser que possui sensações corpóreas, dotado de pulsão e que sente prazer, Freud descreve como sujeitos dotados de sexualidade, esse antes visto como algo puro e inocente pela sociedade da época. Segundo Prizskulnik (2000) o corpo dentro do contexto psicanalítico é cerceado pelas estruturas da linguagem e da sexualidade.

Prosseguindo sobre esse aspecto de prazer pueril, dentro das primeiras fases psicosexuais, Freud fala sobre o autoerotismo, onde a criança faz uma ligação entre um órgão de excitação, de alguma zona erógena com a pulsão sexual, sendo assim o objeto externo não é necessário para encontrar o prazer.

As crianças atravessam vários estágios, desde um nível mais narcísico, onde há a presença do autoerotismo, para um nível onde se estabelece um prazer objetal, caso essas fases sejam concluídas com êxito. Totalizando-se 5 estágios: a primeira caracteriza-se como o Estágio Oral (zona erógena se encontra na boca), o segundo é o Estágio Anal (onde as zonas erógenas se concentram nas entranhas e no controle da bexiga), já no Estágio Fálico (as zonas erógenas constituem nas genitais), por seguinte o Período de Latência (onde os destinos libidinais são

suprimidos) e por final o Estágio Genital (onde há um direcionamento da libido para interesses sexuais no outro).

Freud pontua que qualquer que seja a ação do Outro, por menor que seja, sobre um sujeito, como na esfera da sexualidade, este sofrerá modificações em seu percurso “natural”. Porém, por sermos sujeitos de pulsões, desejos e inseridos no campo da linguagem, o percurso considerado “normal” e que supostamente caminha em uma linha reta não é atingível, tomando mais uma forma dotada de várias curvas e transformações. Freud elucida que não se pode escapar da sedução primária, esta, se apresentando dentro do Complexo de Édipo, sendo um dos personagens ocupado pela mãe, ficando esta responsável pelos primeiros contatos mais íntimos com o bebê, no que concerne à higiene, ensinando-o a conhecer o prazer das zonas erógenas genitais.

Um dos conceitos fundamentais da psicanálise o Complexo de Édipo se torna importante pensar sobre ele no presente artigo, pois, é permeado de fantasias inconscientes de porte erótico, sendo o genitor oposto o seu objeto direcionado. Após o desenrolar do Complexo de Édipo que esses desejos serão recalçados, se durante esse processo houver uma intercepção, como exemplo do abuso sexual, onde se dá a realização desses desejos no plano do real, provocará dessa forma danos à criança, bem como um certo desprazer e sofrimento a ela, além de afastar a possibilidade de adquirir uma instância psíquica independente, que seria obtida através da resolução saudável do Complexo de Édipo.

Dessa forma o abuso sexual faz com que o indivíduo tenha a noção de que pode haver uma invasão ou um deslocamento desses desejos, pertencentes à esfera psíquica, para dentro da realidade, pois sente que não há uma instância que contenha ou mesmo que separe esses desejos eróticos do mundo real. As consequências desse abuso sexual, desenvolve o senso no sujeito de que não existe uma barreira entre esses conteúdos eróticos e a realidade, ocasionando em um desajuste psíquico e comportamental, além de percorrer o campo do sexual, tornando-o insatisfatório, implica em grandes marcas.

Dentro desse contexto abusivo sexualmente é possível assimilar a ideia de que a base dos sintomas está nas ditas vivências traumáticas nesses períodos mais remotos da vida dos sujeitos, que possuem relação com a vida sexual precoce (Freud, 1923/1989). É prudente salientar que o conceito de trauma freudiano é um evento em território psíquico, onde o sujeito passa por uma carga de excitação que é impossibilitada de ser descarregada.

O abuso sexual sendo este uma relação de desigual hierarquia, onde um indivíduo de maior domínio age sobre um outro de menor autonomia, retirando este último do lugar de sujeito e impondo-o em lugar de objeto, utilizando-se de uma sexualidade perversa para tal, provoca experiências traumáticas para o sujeito, afetando as esferas de relacionamento, pensamento e afetividade. Segundo Malgarim e Benetti sobre o abuso sexual e suas marcas, sendo que as memórias traumáticas estarão associadas às fantasias sexuais agressivas desse período e relativamente o tempo do abuso irá ditar a resposta em função da incapacidade do ego de organizar a experiência traumática.

A vulnerabilidade que o sujeito se encontra e sua incapacidade de organização psíquica em idades mais tenras, faz com que o abuso atrole as fases psicosexuais e seu período “natural” de desenrolar, dilacerando a forma que o indivíduo se constitui psiquicamente, além da sua relação com o desejo sexual.

Trilhando pelos parâmetros de desenvolvimento saudável de um indivíduo, tendo em vista a importância do contexto que está inserido para que tal ocorra, não se pode desconsiderar o grande percentual de dados que revelam o ambiente familiar como o possuidor do maior índice de abusos cometido a crianças e adolescentes. Nessas situações de núcleos disfuncionais.

O abuso sexual possui um caráter de hierarquia desigual, onde um sujeito que possui maior poder e superioridade se apodera de um outro sujeito, que tomado esse lugar perde o status de sujeito e é colocado sobre o caráter de objeto. O abusador utiliza-se desse outro indivíduo, colocando-o em posição de submissão e passividade, fazendo o uso de uma sexualidade perversa, onde o prazer próprio é a sua única premissa desse abusador, não importando com os meios para que o atinja.

É importante estabelecer um estudo aprofundado sobre como a criança historicamente e socialmente foi e tem sido definida, sendo que existe uma fase de maturação fisiológica, psicológica e física dentro desse sujeito. A imaturidade nos estágios mais primários de desenvolvimento, coloca o sujeito em uma posição mais vulnerável ao outro, propiciando assim um ambiente onde exista um risco da consumação do abuso devido à baixa autonomia e dependência da vítima, ficando a cargo dos cuidadores a sua integridade e proteção.

As fases psicosexuais descritas por Freud, coloca o sujeito criança como portador de desejos e fantasias inconsciente, conceito esse diferenciado da visão que a sociedade descreve sobre a criança e a

infância. A proposta de Costa-Moura (2003) quando assegura a premissa da clínica psicanalítica, de que a sua função não é recolocar a criança dentro dos padrões ideais dos pais ou dos adultos que o buscam, mas uma realização desse sujeito a partir do seu desejo e de toda essa complexidade que o emancipe. A designação de um papel que supostamente o sujeito deva ocupar dentro do cenário, acaba retirando a subjetividade que esse o possa trazer para o ambiente analítico.

Os danos infligidos pelo abuso sexual inquestionavelmente se estendem por toda uma vida. É também pertinente ressaltar sobre uma maior severidade de prejuízos, deste tipo de violência em períodos desenvolvimentistas das ditas fases psicosexuais, onde é o período responsável pela estruturação do psiquismo do sujeito, de uma forma mais elaborada e organizada, permitindo assim um desenvolvimento genital sexual satisfatório, mas por conta do acometimento deste abuso, pode ser seriamente comprometido a curto e longo prazo.

Referências

- ABRAPIA. “Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e a Adolescência”. In: *Relatório anual do sistema nacional de combate de exploração sexual infanto-juvenil*. Rio de Janeiro, 2003.
- ARAUJO, M. F. “Violência e abuso sexual na família”. In: *Revista Psicologia em Estudo*. v. 7. n. 2, 2002, p. 3-11.
- ARIÈS, P. *História social da infância e da família*. Rio de Janeiro: LCT, 1978.
- BRITO, R. C., KOLLER, S. H. “Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo”. In: CARVALHO, A. M. (Org.). *O mundo social da criança: natureza e cultura em ação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- BROWNE, A., FINKELHOR, D. “Impacto do abuso sexual infantil: a pesquisa revisada”. In: *Boletim de Psicologia*. v. 99. n. 1, 1986, p. 66-77.
- BRUNSON, K. L., KRAMAR, E., LIN, B., CHEN, Y., YANAGIHARA, T. K., LYNCH, G. & BARAM, T. Z. “Mecanismos de declínio cognitivo de início tardio após o estresse no início da vida”. In: *Jornal de Neurociência*. v. 25. n. 41. 2005.
- CLASTRES, G. “A criança no adulto”. In: J. Miller (Org.). *A criança no discurso analítico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- CORDEIRO, F. A. “Aprendendo a prevenir”. In: *Orientações para o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes. Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude*. Brasília: Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, 2006.
- COSTA-MOURA, F. “O tratamento psicanalítico com crianças”. In: GRYNER., RIBEIRO, P. M. C. M & OLIVEIRA, R. C. (Orgs). *Lugar de palavra*. Rio de Janeiro: Núcleo de atenção à violência (NAV), 2003, p. 126-133.
- CROMBERG, R. U. *Cena incestuosa: abuso e violência sexual*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

- DINIZ, M. H. *Incesto e alienação parental: realidades que a justiça insiste em não ver*. 2. ed. São Paulo: *Revista dos tribunais*, 2010.
- FAGUNDES, T. C. P. C. *Ensaio sobre educação, sexualidade e gênero*. Salvador: Helvécia 2005.
- FISCELLA, K.; KITZMAN, H. J.; COLE, R. E.; SIDORA, K. J.; OLDS, D. “Será que o abuso de crianças pode prever gravidez na adolescência?”. In: *Pediatria*. v. 101, 1998, p. 620-624.
- FREUD, S. “Os instintos e suas vicissitudes”. In: *Conferências introdutórias sobre psicanálise*. Parte III. 1915-1916. v. XVI. Rio de Janeiro: Imago, 2016, p. 115-144.
- FREUD, S. “Artigos da enciclopédia: psicanálise e a teoria da libido”. In: *Conferências introdutórias sobre psicanálise*. v. XVIII. p. 227-254 Rio de Janeiro: Imago, 1939.
- FREUD, S. “Moisés e o monoteísmo”. In: *Conferências introdutórias sobre psicanálise*. v. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1939, p. 1-132.
- GABEL, M. *Crianças vítimas de abuso sexual*. São Paulo: Summus Editorial, 1997.
- GLASER, D. “Abuso e negligência de crianças e o cérebro: uma revisão”. In: *Jornal de Psiquiatria Infantil*. v. 41, 2000, p. 97-116.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- MALGARIM, B. G., BENETTI, S. P. C. “O abuso sexual no contexto psicanalítico: das fantasias edípicas do incesto”. In: *Aletheia*. Canoas, RS, n. 33, dez/2010, p. 123-137.
- MELLO FILHO, J. “Sexualidade e família”. In: MELLO FILHO, J. & BURD, M. (Orgs). *Doença e família*. São Paulo: Casa do psicólogo, 2004.
- MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. “Ouvidoria recebeu mais de 133 mil denúncias de violações de direitos humanos em 2016”. In: *Notícias ABRC*, 2017.
- PAPALIA, D. E., FELDMAN, R. D. *Desenvolvimento humano*. Tradução: Carla Filomena Marques Pinto Vercesi; et al. Revisão técnica: Maria Cecília de Vilhena Moraes Silva; et al. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.
- PFEIFFER, L. & SALVAGNI, E. P. “Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência”. *Jornal de Pediatria*. v. 81. n. 5, 2005, p. 197-204.
- PRISZKULNIK, L. “Clínica(s): diagnóstico e tratamento”. In: *Psicol. USP.*, v.11. n.1, 2000, p.11-28.
- RIBEIRO, P. M. C. M & GRYNER, S. “Considerações sobre a exploração sexual comercial: de que risco se trata?” In: Gryner, S., Ribeiro, P. M. C. M. & Oliveira, R. C. (orgs.). *Lugar de palavra*. Rio de Janeiro: Núcleo de Atenção à Violência (NAV), 2003, p. 74-79.
- SANTOS, G. G. & ALVES, R. S. “Violência sexual contra criança e adolescente”. In: *Revista Internacional de Direito e Cidadania*. v. 1. n. 7, 2010, p.49-58.
- SABOURIN, P. “Por que a terapia familiar em face do incesto?”. In: GABEL, M. *Crianças vítimas de abuso sexual*. 2. ed. São Paulo: Summus, 1997, p. 164-171.

SWANSTON, H. Y., TEBBUTT, J. S., O'TOOLE, B. I., & OATES, R. K.
“Apresentação de crianças abusadas após 5 anos: um estudo de controle de caso”. In: *Pediatrics*, 100, 1997, p. 600-608.

Submissão: 01. 02. 2021 / Aceite: 30. 03. 2021